

De Edna Castro de Oliveira  
Representante da ANPEd – GT 18/EJA  
Segmento Universidades na CNAEJA – Titular

Ao Diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos  
DPAEJA/SECADI/MEC  
Sr. Mauro José da Silva

Assunto: Subsídios para a Elaboração do Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (GRALE) Seguimento da CONFINTEA VI

Senhor Diretor,

Em resposta ao Ofício nº 3642/2011/DPAEJA/SECADI/MEC, de 20/12/2011, que encaminha o formulário do Instituto da Unesco para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL), com vista ao preenchimento pela representação do Segmento Universidades na CNAEJA – ANPEd GT 18/EJA – no “levantamento de informações para subsidiar a segunda edição do Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (GRALE)” – temos a ponderar as seguintes questões, após consulta aos pares:

1. Quanto aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro como integrante dos 144 Estados-Membros da Unesco no seguimento da CONFINTEA VI.

Cotejando o conteúdo do Marco de Ação de Belém em áreas temáticas que orientam a organização do questionário, bem como em notas explicativas para o levantamento de informações para o GRALE II, para o qual se previa “um processo nacional de consulta”, é possível afirmar que este movimento — que deveria ter sido desencadeado pelo MEC envolvendo “a criação de um Comitê Nacional com todos os atores sociais interessados, para preparar o seu informe nacional, com resultados a serem validados por uma conferência nacional” — não se efetivou como agenda política. Sendo assim, tomando-se em conta um cronograma que consideramos inviável – 20 de dezembro de 2011 a 20 de janeiro de 2012 –, o MEC, ao que nos parece, passou a atribuir aos segmentos da CNAEJA, em acordo com boa parte de seus membros, a responsabilidade que lhe compete no levantamento das informações e análise de dados sobre avanços das políticas de EJA, em nível nacional, tarefa que nosso grupo considera de inteira competência do Estado brasileiro por meio da SECADI/MEC.

Em função desse contexto e a exemplo da indução feita pelo MEC no espírito de construção coletiva que inspirou e produziu o Documento Nacional Preparatório à VI CONFINTEA, o grupo entende que este é o momento de nos debruçarmos sobre uma proposta de avaliação da política de

EJA pós Confinteia a partir da realidade brasileira, de forma participativa. A nossa proposição é de que, juntamente com outros parceiros, possamos nos empenhar nessa tarefa.

## 2. Quanto à metodologia

Após leitura e análise do questionário, especificamente no que toca à solicitação feita ao nosso segmento, o grupo considera que há muitas questões na metodologia que podem suscitar discussão, o que implica a necessidade de rediscutir a metodologia proposta. Tomando-se especificamente os itens propostos, observa-se a necessidade de pesquisa, principalmente no que se refere a financiamento:

**Item 4.5.** Envolve uma pesquisa de fôlego. Há dados que só o MEC pode pedir ou fornecer. No fundo, quem tem autoridade para organizar esse processo é o MEC. Observe-se que este é o grande desafio da educação brasileira: saber quanto se gasta em educação, apesar dos dispositivos constitucionais fixando 18% para a União e 25% para estados e municípios (no mínimo). Quando se trata de EJA, pesquisadores da área têm apontado imensas dificuldades para identificarem, nos orçamentos, o que efetivamente se destina ao campo, e mais ainda nas planilhas de execução financeira. Com o FUNDEB, é sabido que essa questão ainda mais se dificultou para a EJA, haja vista que se sabe como estimar os recursos, mas que estes, ao entrarem nos caixas de governos, não são “rubricados”, o que não permite identificar onde foram/são gastos. Portanto, essa é uma questão que precisa ser tomada a sério pelo Governo que diz respeito ao controle dos recursos efetivamente gastos, pelo temor — confirmado pelos dados de matrículas que decrescem — que muito pouco se aplica na EJA, em relação ao que se arrecada com os dados do ano anterior. Ressalte-se que a preocupação não diz respeito apenas à EJA, mas ao modo atravessado como se definem prioridades nas políticas públicas: não para os segmentos mais carenciados, mas para aqueles que dão maior visibilidade política; que atendem aos “currais eleitorais” etc. (não há necessidade de alongarmos esta lista, sobejamente conhecida).

**Item 4.8.** Como em todos os itens (5.7, 6.7), só é possível preencher depois de outras questões respondidas.

**Item 5.1.** O grupo entende que a “responsabilidade desse item é da Coordenação do PBA do DPAEJA”, por ser um programa nacional, pois só essa instância pode oferecer uma visão panorâmica da alfabetização no Brasil, a partir dos dados do PBA. Argumente-se, ainda, que o acesso ao banco de dados referente ao PBA foi sempre demandado por nossa representante anterior, justamente pela riqueza que contém e a possibilidade de as Universidades se valerem desses dados para estudos e pesquisas quantiquantitativas, contribuindo com a interpretação desses dados para maior

compreensão do Programa. Entretanto, até então a SECAD(I) sempre alegou ter ainda problemas com a base de dados, o que a impedia de liberar o acesso, mesmo mediante senha a pesquisadores.

**Item 6.2.** Sobre formação inicial e continuada: este é um dos itens que poderíamos responder com mais dados, embora não disponhamos de dados sobre empresas e ONGs.

**Item 7.1.** Temos membros do GT que se dispõem a preencher as informações, o que demandaria algumas consultas.

**Item 7.2.** Exige uma discussão da CNAEJA - o grupo sugere a referência da Agenda Territorial apesar de todas as dificuldades que temos tido na sua implementação. Do mesmo modo, poder-se-ia verificar, entre as experiências premiadas com a Medalha Paulo Freire, se alguma delas pode se tornar referência — seja pelo modo de gestão, seja pelo envolvimento participativo dos educandos, seja pela ação pedagógica etc. — para outros países. Afinal, a Medalha, quando foi criada, tinha a intenção de estimular e socializar “boas práticas”, como gosta de se referir a Unesco.

**Item 8.** Novamente é um item que consideramos de competência do MEC responder.

Não se deve esquecer que o movimento dos Fóruns teve/tem responsabilidade como organização da sociedade, pondo na pauta política atores sociais que antes estiveram relegados. Em muitos sentidos, os fóruns contribuíram para que avançassem as políticas de EJA, tensionando o Estado e gestores governamentais.

Diante dessas ponderações, e tendo em vista a inviabilidade de responder ao questionário para apresentação na reunião extraordinária, conforme previsto, em virtude da falta de dados oficiais, a representação das Universidades pela ANPEd - GT 18/EJA apresenta as seguintes proposições:

- a) Que o Ministério possa investir alguém com autoridade para coordenar este processo, iniciando a sempre requerida ação avaliativa de políticas públicas com o concurso das universidades que vêm contribuindo de forma intensa com as demandas da SECAD(I). Sabemos que a CNAEJA como instância consultiva talvez seja tomada como referência, e justamente por esse caráter tem a autoridade para propor/sugerir/sinalizar caminhos que aprofundem a política de EJA, avançando no que foi até então realizado. Mas se deve ter clara a competência do MEC na tarefa que nos está sendo atribuída.
- b) Que a SECADI preencha o questionário e submeta-o à CNAEJA para debates, quando então cada segmento poderá centrar-se nos dados da área que melhor conhece e levantar problemas, necessidade de observações etc.
- c) Que a SECADI possa buscar informações junto aos demais ministérios que operam com políticas de interface com a EJA, o que também só acontecerá como tarefa ministerial.

- d) Que numa ação conjunta entre órgãos do governo e representantes da sociedade civil possam-se estabelecer metodologias de coletas permanentes e periódicas de dados para garantir um conhecimento mais preciso sobre a política de EJA. Nesse sentido, o estudo demandado ao consultor Maurício Blanco pelo MEC e UNESCO quanto a indicadores de avaliação, no marco do seguimento da CONFINTEA VI poderá contribuir enormemente para organizar o que pode ser esta base de dados nacional.
- e) Que o processo de avaliação do Brasil sobre as políticas de EJA pós CONFINTEA VI não se restrinja ao preenchimento deste instrumento e envio para a Unesco, mas que se estabeleça um processo de diálogo e reflexão coletiva sobre o que está sendo feito no país para a garantia da educação para todos e ao longo da vida.

Estas proposições não eximem o nosso segmento de atuar no sentido de colaborar juntamente com outros parceiros da CNAEJA na construção do Relatório, desde que a gestão do MEC assuma a tarefa de responder por dados oficiais que deem conta dos avanços e do controle da política nacional de EJA no país.

Brasília, fevereiro de 2012

Edna Castro de Oliveira  
Pela ANPED GT 18/EJA